

REVISTA SINPOL-DF

WWW.SINPOLDF.COM.BR | ANO XXIV • EDIÇÃO NÚMERO 16 | JANEIRO A MARÇO/2020

A REVISTA SINPOL-DF É UMA PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO DISTRITO FEDERAL

Quatro traficantes de drogas presos por dia

Quase mil pessoas presas em 2019 por este crime graças ao esforço diário dos policiais civis [Pág. 12 a 15]

FOTO: ARNON GONÇALVES/SINPOL-DF

Policiais civis ajudam mãe e filho a se reencontrarem após 40 anos
[PÁG. 04 e 05]

Aposentado trabalha com a reabilitação de jovens com dependência e vira referência no DF [PÁG. 16 e 17]

Conheça a proposta do Sinpol-DF para a assistência à saúde
[PÁG. 21]

Trabalho da Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos tem sido peça-chave dentro e fora da PCDF
[PÁG. 06 e 07]

Três gerações e uma história de quase 50 anos na PCDF
[PÁG. 22 e 23]



SINPOL-DF
SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO DISTRITO FEDERAL
Juntos Somos Fortes!

DIRETORIA EXECUTIVA

Rodrigo Franco “Gaúcho” **Presidente** / Paulo Roberto **Vice-presidente** / Rodrigo Meneses **Secretário-geral-adjunto** / Elcimar Nunes **Tesoureira** / Fernandão **diretor Jurídico** / Bruno Cançado **diretor Jurídico-adjunto** / Thallys Passos **diretor de Comunicação-adjunto** / Marcele Alcântara **diretora de Assuntos Sindicais** / Jackson Dantas **diretora de Assuntos Sindicais-adjunto** / Marcão **diretor de Planejamento, Administração e Informática** / Lidenberg Melo **dir. de Planejamento, Administração e Informática-adjunto** / Renato Santos **dir. de Benefícios, Cultura, Esportes e Políticas Sociais** / Alex Galvão **dir. de Benefícios, Cultura, Esportes e Políticas Sociais-adjunto** / José Carlos Saraiva **diretor de Assuntos de Aposentados e Pensionistas** / Sueli de Barros **diretora de Assuntos de Aposentados e Pensionistas-adjunta**.

CONSELHO FISCAL

Sônia Christiansen **Presidente** Césias Alves **Conselheiro fiscal** Keila Patrícia **Conselheira fiscal** Ernandes Sousa **Conselheiro fiscal** Danny Nunes **Conselheiro fiscal** Anelita Maria **1ª suplente** Rosi Santos **2ª Suplente**.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

CONVERSA COLETIVO DE COMUNICAÇÃO CRIATIVA | **Coord. de Comunicação** Diógenes Santos (DRT 1585/SE) / **Ass. de Comunicação** Iuri Max Silva (DRT 1982/SE) / **Revisão** Kadydja Albuquerque / **Repórter Fotográfico** Arnon Gonçalves / **Criação Publicitária (estagiária)** Isabella S. Monteiro / **Jornalismo (estagiário)** Gabriela Campos **Projeto Gráfico** Everton Pinheiro **Diagramação** Dudu Lessa

Tiragem: 8.000 exemplares.

PALAVRA DO POLICIAL

“A Revista Sinpol-DF tem entregado, sempre, um excelente material à categoria. Textos bem produzidos, fotos de altíssima qualidade e uma boa diagramação. Acho que as próximas edições poderiam dar mais visibilidade ao trabalho dos agentes policiais de custódia, um pilar também importante na PCDF”

Verusca de Oliveira Torres, agente policial de custódia

“A revista é importante porque mantém os policiais civis informados acerca dos assuntos mais importantes para a categoria. Poderia abordar, com mais destaque, grandes operações realizadas por nós, com mais detalhes. E com a digitalização dos meios de comunicação, acho que o material físico poderia deixar de ser produzido e introduzir toda a categoria para acompanhar pela versão digital”

Leonardo de Oliveira Souza, agente de polícia

“A revista do Sinpol-DF é um importante veículo de informação para o servidor policial. O conteúdo é interessante e bem elaborado. Gostaria de ver mais assuntos relativos à saúde e ao bem-estar do policial, abordando a prevenção de doenças físicas e saúde mental”

Samanta Rodrigues, agente de polícia

“Parablenzo o conteúdo da revista, pois sempre atende os interesses dos policiais. Sugiro que continuem trazendo a história dos “canas”, hoje, aposentados, pois a história da PCDF foi construída após muitas lutas. Juntos somos fortes”

Roberto Mendonça, agente de polícia aposentado

“Bom poder contar com um veículo de comunicação que, ao mesmo tempo em que informa, dá voz ao policial civil em suas lutas e conquistas. Penso que mais matérias relacionadas à produtividade policial seriam, também, bem vindas”

Sandro Santana, agente de polícia aposentado

“Acompanho a todas as edições da revista Sinpol-DF. Sempre leio as reportagens buscando informações relevantes sobre a PCDF e nossa categoria”

Flávia Quintanilha, agente de polícia

A Revista Sinpol-DF é entregue na residência de todos os policiais filiados. Se você não recebeu, atualize o seu cadastro pelo telefone (61) 3701-1300.

SINPOL-DF

Site: www.sinpoldf.com.br

Sugestões de Pauta e Críticas: comunicacao@sinpoldf.com.br

Sede: SCLRN 716, Bloco F, Entrada 61, Loja 59, Edifício do Policial Civil, Brasília-DF CEP 70770-536. Telefones: (61) 3701-1300 / 3701-1334

E-mail: contato@sinpoldf.com.br

Filial: QNA 25, casa 34, Taguatinga Norte, Brasília-DF CEP 72.110-030. Telefones: (61) 3352-6429. E-mail: sinpoltag@gmail.com



O Sinpol-DF deve permanecer forte e unido

Rodrigo Franco "Gaúcho"

Somente com a união dos policiais civis, a categoria conseguirá avançar na conquista de seus direitos. Ao longo dos últimos anos, vivenciamos tempos de mudanças no modo como um sindicato é visto tanto por quem é de dentro, quanto por quem é de fora. Além disso, direitos e garantias dos servidores públicos e, principalmente, dos policiais civis em geral, vêm sendo atacados pela administração pública. Para que essas conquistas permaneçam, e outras sejam alcançadas, é necessária a conscientização de que somente unidos somos fortes.

O Sinpol-DF tem um longo histórico de lutas e conquistas importantes. Nada que a categoria alcançou veio de mão beijada. Para tanto, os policiais civis, aposentados ou da ativa - e, neste grupo, tanto os mais antigos quanto os novos - sempre estiveram reunidos em assembleias e manifestações: sejam elas as passeatas na Esplanada, na Praça dos Três Poderes e em frente ao Palácio do Buriti; os piquetes em frente à PCDF e às Delegacias; as mobilizações na Câmara Legislativa do DF ou no Congresso Nacional. Em reforço a essa luta, o sindicato também tem sentado à mesa de negociações com os gestores da PCDF, com parlamentares distritais e federais; com o GDF e com representantes do Governo Federal, assim como as demais diretorias que nos antecederam.

No último Governo do DF, nunca ficou tão claro o quanto a dicotomia de termos dois patrões tem nos prejudicado. Por quatro anos, tivemos um governo socialista que nunca quis dar nenhum reajuste para os servidores da Polícia Civil do DF (PCDF). Enquanto isso, o governo federal alegava precisar de um "aval" do governo local. Isso foi testemunhado pelos deputados federais das legislaturas anteriores: Laerte Bessa, Roney Nemer e Rogério Rosso que tentaram, com mais afinco, ajudar-nos junto à União.

Essa situação, de termos que negociar com duas esferas de poder distintos, levou a atual gestão do Sinpol-DF a ajuizar uma ação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a fim de que houvesse uma decisão definitiva sobre o caso. Infeliz-

mente, o mérito da questão ainda não foi julgado. Mas acreditamos que esse será um grande passo para que a nossa identidade seja definida de uma vez por todas.

Atualmente, temos dois governos, distrital e federal, que afirmam apoiar os policiais. Na prática, contudo, após um ano de gestão, eles não conseguiram implementar a recomposição salarial dos policiais civis do DF. Do ponto de vista financeiro, entretanto, houve pequenas sinalizações, em uma via, para melhorar as condições de trabalho e, em outra, de garantir direitos aos servidores aposentados. Foi o caso, por exemplo, do início do pagamento das pecúnias referentes às licenças prêmio de 1996 a 2006. Alguns aposentados, mais antigos ou adoecidos, receberam integralmente; os demais já receberam três parcelas. É um avanço, uma vez que muitos já haviam se aposentado há bastante tempo sem ter recebido esse benefício. A criação do Serviço Voluntário Gratificado, no âmbito da PCDF, é o outro ponto que merece ser destacado. Anteriormente, os policiais eram convocados para serviços extraordinários e nada recebiam. Hoje, se forem escalados, são pagos pelo trabalho em horário de folga.

É preciso resolver, contudo, de forma imediata e perene, a recomposição salarial dos policiais civis do DF. A categoria acumula 50% de perdas inflacionárias. Nesse sentido, a categoria precisa se conscientizar de que, se necessário, será preciso ir às ruas novamente e se mobilizar. Para tanto, é preciso fortalecer o sindicato, mantendo-se filiado, refiliarse ou filiar-se. Sozinho, nenhum policial tem poder de negociar salários e direitos.

É bem verdade que os tempos são outros. Mudanças no entendimento jurisprudencial, apesar de controversas, proibiram aos policiais civis – que são regidos por estatutos civis – de exercerem o seu direito constitucional de greve. Há que se encontrar novas fórmulas de mobilização, sem prescindir das antigas e já utilizadas. Para isso, precisamos ter a consciência de que somente por meio de um sindicato forte e unido será possível alcançarmos nossos objetivos. ●

Um inquérito que poderia ser uma novela

Investigadores da 14ª DP solucionam caso de desaparecimento e mãe e filho se reencontram quase quatro décadas depois

Era meados de 2013 quando Sueli Silva buscou a Procuradoria dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal (MPF), contando o que lhe ocorreu 32 anos antes: aos 16, ela deu à luz um menino, que decidiu chamar de Luís Miguel, mas, ao deixar o Hospital Regional do Gama (HRG) dois dias depois, teve o bebê roubado. A denúncia deu origem a um inquérito na 14ª Delegacia de Polícia (DP), no Gama, e o caso começou a ser investigado pelos policiais da Seção de Atendimento à Mulher (SAM) da unidade.

Na ocasião, Ildete Veras chefiava a equipe, que contava ainda com Erika Bezerra e Geraldo Gonçalves. Foram os três agentes de polícia que desataram os primeiros nós do caso – solucionado apenas seis anos depois. A longa duração não foi por acaso: a história em si era muito confusa, com mais dúvidas do que respostas. Os indícios eram escassos e as provas, inexistentes.

Grande parte dos envolvidos já estava morto ou com idade bastante avançada. “E a resistência em falar, mesmo tantos anos depois, era evidente em todas as pessoas ouvidas”, conta o escrivão de polícia Bruno de Oliveira. “Eu entrei na Polícia em 2014 e logo o Gonçalves me chegou com esse caso. Eu, novinho, nem imaginava por onde começar”, confessa o policial. Os demais, mesmo mais experientes, também não tinham qualquer clareza.

A busca no prontuário do hospital onde Sueli deu à luz foi mal sucedida, mesmo com a informação de que o bebê tinha nascido com sindactilia - uma malformação em que os dedos são unidos. “No início da década de 80, todos os registros ainda eram manuais e muita coisa se perdeu ao longo do tempo, incluindo qualquer coisa que pudesse nos ajudar”, revela Ildete.

Os policiais também buscaram os cartórios da cidade, mas sem sucesso. O que restou foram as entrevistas – em todo o inquérito, 22 pessoas foram intimadas a depor, além de 60 ouvidas informalmente. O que os investigadores não contavam, no entanto, era com tamanha lealdade dessas pessoas à mulher que foi pivô do rapto.

TRAMA

Desde o início, já se suspeitava que a dona do orfanato onde Sueli e os irmãos viveram teria alguma participação, mas, muito querida e respeitada, ela foi constantemente protegida. Sueli só sabia informar como o filho foi levado ainda da porta do hospital por um casal de amigos da dona do orfanato e uma mulher que tinha um lenço na cabeça. Ela não procurou ajuda por medo de ficar desamparada junto com os irmãos, até 2012, quando a mulher morreu.

Os policiais ouviram toda a família de Sueli, além do casal e do próprio médico que fez o parto, também amigo da dona do orfanato. “Todos só tinham boas referências e evitavam ao máximo dizer qualquer coisa que pudesse manchar a imagem dela”, explica o agente Gonçalves. “Conseguir localizar essa criança, que nasceu em 1981, com tão poucas informações parecia impossível”, acrescenta Erika.

Com o médico, os policiais acabaram chegando aos nomes de um porteiro e uma professora que poderiam ter adotado a criança e teriam se mudado para a cidade de Arara, na Paraíba. Sem os sobrenomes, as diligências para encontrá-los foram infrutíferas e a pesquisa no Infoseg (Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública e Justiça) até pelo nome da mãe, que era um pouco menos comum, gerava mais de 26 mil resultados.

Sem novos dados, o caso estagnou. Nos anos seguintes, a agente Lúcia Teixeira entrou para a equipe, Gonçalves se aposentou e Ildete saiu da 14ª para a 12ª DP. No fim de 2018, as investigações foram retomadas: houve mais uma rodada de depoimentos, todos os órgãos envolvidos, incluindo cartórios, foram oficiados. O avanço veio, contudo, de uma forma simples e inesperada: com o nome da cidade parai-bana e o da mulher que teria adotado Luís Miguel, foi cria-



FOTO: ARNON GONÇALVES/SINPOL-DF

Para Lúcia, Erika, Gonçalves, Ildete e Bruno, apesar das dificuldades do inquérito, ele foi um dos mais gratificantes em que atuaram

do um alerta no Google, que gerou uma notificação quando uma publicação foi feita na internet sobre a morte de uma pessoa com aquele nome naquela localidade. A partir daí, as coisas andaram mais rapidamente.

Foram confirmados o nome completo dela, do marido e também que eles tinham um filho chamado Ricardo, natural de Brasília. Com isso, conseguiram, no cartório onde foi feito o registro, no Gama, verificar que a certidão de nascimento dele foi expedida apenas por declaração.

Tudo indicava que aquele era o filho biológico de Sueli, mas ainda restava fazer contato com ele. Por telefone, o homem, hoje com 38 anos, confirmou que foi adotado no DF e que, ainda criança, passou por cirurgia para corrigir a sindactilia. Ele concordou com o exame de DNA e, alguns dias depois, se apresentou à Polícia Civil da Paraíba, que fez a coleta e remeteu o material para Brasília. Em menos de 24h, o Instituto de Pesquisa de DNA Forense da PCDF fez o confronto genético e atestou que Sueli e Ricardo eram, de fato, mãe e filho. Foi na própria 14ª DP que a mãe recebeu a notícia e “a melhor coisa foi o abraço de agradecimento”, segundo a agente Erika.

“Foi um caso muito difícil, com uma carga emocional enor-

me, mas um dos mais gratificantes para a gente”, conta a policial, que continua na SAM da unidade. De acordo com Bruno, se a investigação não tivesse evoluído, certamente, logo o Ministério Público solicitaria o arquivamento do inquérito. “Foi a persistência da equipe que trouxe esse resultado positivo”, garante o escrivão. “Era uma história muito cheia de voltas, que parecia um enredo de filme, mas que aconteceu de verdade e nos desafiou de diversas formas”, acrescenta Lúcia, que também o coloca com uma dos mais emocionantes casos da carreiras. “Foi uma história com o início, meio e um fim que nós pudemos ajudar para que fosse feliz”, finaliza. ●



Os policiais civis da 1ª DP, na Asa Sul, também descobriram o paradeiro de um rapaz entregue para adoção há 31 anos. Em abril de 1988, a mãe deu o bebê a um casal, mas, mesmo se arrependendo logo em seguida, não conseguiu mais encontrá-lo – até que, em abril de 2019, registrou ocorrência e os policiais entraram em cena. Dois meses depois, o caso foi solucionado. Veja uma reportagem sobre o caso acessando globoplay.globo.com/v/7787615



FOTO: ARNON GONÇALVES/SINPOLDF

Segundo a equipe que atuou na investigação, o caso foi atípico porque o foco não era achar autor e sim a criança

Policiais civis colocam PCDF na vanguarda tecnológica

Soluções criadas na Ditec auxiliam no trabalho dos demais servidores

Policiais da Ditec são responsáveis desenvolver, atualizar e dar suporte a dezenas de sistemas da PCDF

Atualmente, cerca de 30 policiais civis atuam na Divisão de Tecnologia (Ditec) da PCDF. Graças a esses servidores, que aliam a experiência policial com a frequente formação em áreas de Tecnologia da Informação (TI), há, hoje, inúmeras soluções que facilitam a atuação dos policiais no presente e que preparam a instituição para o futuro.

Entre elas, está a Plataforma Integrada de Monitoramento e Investigação Criminal Atalaia, que foi premiada, em maio de 2019, na 17ª edição do CIO Brasil GOV, um dos mais importantes eventos de TI voltado a instituições públicas do país. Escolhida como case de sucesso, a Atalaia foi desenvolvida pelo agente de polícia Rogério Alves da Conceição, chefe da Seção de Avanço Tecnológico (SAT) da Ditec.

A plataforma evoluiu da Solução Atalaia, que permite o monitoramento online de grupos de risco, como autoridades, mulheres com medidas protetivas, pessoas no programa de proteção a testemunhas e até viaturas em atendimento a locais de crimes. Hoje, a plataforma integrada une em uma única base vários outros sistemas voltados para a atividade policial.

Atualmente, sua principal aplicabilidade é funcionar como uma espécie de mapa formado através do cruzamento das informações da ocorrência e procedimentos policiais com os dados obtidos através de quebras de sigilos telefônicos e telemáticos. No fim, ela permite uma visão geral da investigação – colocando, inclusive, os envolvidos no local do crime.

METODOLOGIA

Segundo Charles Fernando Alves, diretor da Ditec, a plataforma tem uma importância ímpar para as investigações, sobretudo aquelas sem pistas, como quando um corpo é encontrado sem identificação. Com a data provável da morte, solicita-se a quebra do sigilo, naquele período, da Estação Rádio Base (ERB) mais próxima do local e essa massa de dados é inserida na Atalaia. “Antes você não tinha nenhum suspeito, mas passa a ter uma série de telefones que possivelmente estejam ligados àquela morte”, explica.

“Esse é o caso mais complexo. Mas, se no curso da investigação, a unidade policial já tem testemunhas, relatos e possíveis suspeitos, você consegue ter uma agilidade ainda maior”, acrescenta Charles. “Ao longo da investigação, você vai alimentando a plataforma, ela cruza as informações e exibe isso em mapa. É um enorme suporte para investigação criminal”, assegura. “Nós temos visto investigações de homicídios, que poderiam durar até cinco anos, sendo finalizadas em semanas”, acrescenta Rogério.

De acordo com o desenvolvedor, um caso como o da vereadora Marielle Franco, assassinada em março de 2018 no Rio de Janeiro, “seria fortemente agilizado pela redução do rol de pessoas suspeitas possibilitada por um programa assim”. A plataforma da PCDF, entretanto, é a única desse tipo em todo o Brasil. “Isso traz para a instituição uma vantagem competitiva imensurável”, pontua Rogério. “Qualquer vantagem tecnológica em relação à criminalidade é muito



Para diretor da Ditec, premiação do Atalaia foi um reconhecimento nacional do trabalho de inovação feito na unidade

importante hoje em dia. E, no caso dessa ferramenta, que tem uma aplicabilidade sem paralelo, é algo extremamente poderoso”, acrescenta.

A metodologia de investigação criminal baseada na plataforma é ensinada, desde 2016, em um curso oferecido pela Escola Superior de Polícia Civil (ESPC). Desde 2018, também se tornou disciplina obrigatória nos cursos de progressão funcional para todos os cargos da carreira.

EXCLUSIVIDADE

“A Ditec sempre esteve na vanguarda. Foi a primeira unidade a trabalhar com análise de vínculo. A primeira no Brasil a trabalhar com mineração de dados voltados à atividade policial. E, agora, a primeira a trabalhar com solução geoespacial para investigação”, afirma Charles.

Ao todo, a PCDF tem quase 45 sistemas corporativos, todos desenvolvidos pela Ditec. Três deles já são patenteados: Millenium (registro de ocorrências), Procead (procedimentos policiais) e Protocolo. Os demais estão em processo de patenteamento. “Todas essas ferramentas são da própria Polícia e isso significa uma economia milionária para o Estado”, lembra Rogério.



Um dos últimos produtos apresentados pela Ditec foi a e-Identidade, primeira carteira de identidade em meio eletrônico do país e que já está disponível para a população do Distrito Federal.

O diretor da Ditec ressalta que é muito comum, em outras instituições, a compra de softwares que têm que ser adaptados à atividade. Ele destaca que não é o caso da Atalaia ou demais aplicações da PCDF – elas são totalmente feitas por e para policiais. “Essa é a grande vantagem da Divisão de Tecnologia. Como somos policiais e conhecemos a atividade, desenvolvemos softwares mais especialistas, que são o que os policiais na ponta realmente precisam”, observa Charles. “E estamos sempre pensando no que podemos agregar, de olho no futuro”, diz. ●



Além da plataforma Atalaia, Rogério Alves também desenvolveu soluções como a e-Identidade e o antigo Sentinela



FOTO: ARNON GONÇALVES/SINPOL-DF

A frente do ciberataque

Investigação contra crimes cibernéticos realizada pelos policiais civis da DRCC tem atestado a relevância do trabalho em época que segurança digital é primordial

Delegacia especializada é dividida em duas seções, chefiadas pelos agentes de polícia Magno e Ulisses

Sete agentes de polícia são, hoje, responsáveis por apurar as ocorrências da Delegacia Especial de Repressão a Crimes Cibernéticos (DRCC). A unidade foi criada em 2017, dentro do Departamento de Polícia Especializada (DPE) da PCDF, e é focada no combate aos crimes virtuais - sua atuação estende-se a praticamente todas as delegacias do DF.

O desafio é grande, pois as organizações criminosas que agem na internet especializam-se na mesma velocidade da tecnologia - além disso, a ligação que elas possuem ultrapassa as fronteiras físicas. “Hoje, as pessoas convivem mais no ambiente cibernético do que no espaço físico - seja por redes sociais ou operando sistemas na rotina de trabalho. Com a digitalização dos meios, seria natural que os criminosos migrassem para onde há maior concentração de pessoas e investimentos; nosso trabalho, embora pouco reconhecido, é indispensável para a segurança da sociedade no espaço virtual e físico”, afirma o agente de polícia Magno Fonseca, chefe da Seção de Repressão a Crimes de Alta Tecnologia (SRCAT).

O trabalho na DRCC está dividido entre aquela e a Seção de Suporte Técnico à Investigação (SSTI), sob o comando do também agente de polícia Ulisses Silva. Enquanto a primeira investiga crimes de extorsão, sequestro de dados, deep web, moeda virtual e perseguição na internet, a segunda

apura, entre outros crimes, fraudes bancárias e estelionato em sites de compra e venda, como OLX e Mercado Livre.

A criação da delegacia especializada atendeu a uma demanda que existia há anos na PCDF pela complexidade que os crimes cibernéticos adquiriram, o que passou a exigir mais tempo de investigação e conhecimento específico para apuração. A expertise da DRCC é repassada às demais delegacias, seja com cursos na Academia da Polícia Civil ou treinamentos nas demais unidades, e gabaritou Magno e Ulisses a ministrar cursos de investigação criminal em ambiente cibernético para juízes em Goiás, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério Público do DF (MPDFT) e Polícia Legislativa.

“No DF, são mais de três milhões de habitantes. Seria impossível atender a todas as ocorrências de crimes cibernéticos da população. Por isso, aqui, o foco são as organizações criminosas, o crime nativamente virtual”, explica Magno. “Até então, os autores são entidades virtuais que operam os ataques, muitas vezes, no anonimato, cobrindo os rastros; mas, por fim, sempre revelamos os criminosos e os levamos à Justiça”, pontua.

Os agentes de polícia da DRCC também trabalham em parceria com outras delegacias circunscricionais ou especiali-

zadas quando alguma investigação delas envolve um crime virtual. “Há uma série de crimes em que um dos meios de execução foi a internet. Esses casos ficam com outras delegacias, onde podem ser registrados. Caso os investigadores daquela seção encontrem algum obstáculo que exija a nossa perícia, então, entramos em ação para colaborar”, acrescenta Ulisses.

A taxa de resolução de crimes cibernéticos investigados pelas seções da DRCC é alta, segundo os chefes, ainda que eles não detalhem os índices. Na SRCAT é comum a resolução de ransomware - extorsão virtual em que criminosos invadem sistemas por meio de softwares nocivos e sequestram dados pessoais das vítimas para cobrar resgate em moedas virtuais, sob ameaça de deletar e até expor o conteúdo roubado. Já na SSTI, um dos crimes mais solucionados

é o de estelionato virtual, no qual os criminosos elaboram falsos anúncios de produtos em sites de venda coletiva (ou se passam pelo vendedor de um anúncio verdadeiro) e conduzem as vítimas a depositar quantias significativas de dinheiro, por bens que nunca irão receber.

Há, ainda, a parceria com bancos e as corporações de redes sociais. A troca de informações contribui não só para a identificação de criminosos com mais agilidade, mas ajuda a evitar tragédias. “Houve um caso que o Facebook nos contactou e avisou sobre uma mulher que fez uma publicação sobre suicídio. Rapidamente entramos em contato com a delegacia daquela região para que fizessem uma busca. Por fim, naquele dia, salvamos a vida da cidadã”, recorda-se o policial. ●

O que é registrado diretamente na DRCC

Invasão de dispositivos (ex: computadores e smartphones); invasão e interrupção de serviço informático (ex: sites, portais e blogs); modificação não autorizada de sistemas de informações (ex: invasão de dispositivos para alterar ou corromper dados); divulgação de cena de sexo sem consentimento; ameaças, constrangimento ilegal e falsa identidade, onde o meio operante para cometer o delito, responsável pelas informações, não possui representante no Brasil (ex: quando é necessário acordo de colaboração entre países); extorsão pela internet; subtração de patrimônio quando o prejuízo sofrido pela vítima seja igual ou superior a 20 salários mínimos; ameaçar e desferir ataques contra a honra praticados a funcionário público pertencente ao Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, ao Ministério Público ou Tribunal de Contas do DF (TCDF); nos crimes cibernéticos em detrimento de bens, serviços ou interesse do GDF, CLDF e TCDF

Nas delegacias circunscricionais

Crimes contra o patrimônio cujo prejuízo da vítima seja menor que 20 salários mínimos; crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria); crimes de ameaça e constrangimento ilegal; crimes de falsa identidade cometidos pela internet por meio do Facebook, Instagram, WhasApp e YouTube.

Observação: Os crimes de natureza cibernética podem ser denunciados em qualquer delegacia que, posteriormente, pode encaminhar o caso à DRCC, atendendo aos critérios estabelecidos.

**Ser sindicalizado traz
muitos benefícios.**

**Deixar o seu bolso
mais leve é um deles.**

**O Sinpol-DF tem convênio com mais de 200
empresas. Economize com elas!**

Acesse:

www.sinpoldf.com.br/convênios



SINPOL-DF
SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO DISTRITO FEDERAL

Juntos Somos Fortes!

A conta pelo mal uso do Fundo Constitucional chegou

TCU coloca GDF contra a parede, que tenta resolver problema com Saúde e Educação apostando em impossibilidade jurídica para a Segurança Pública

O governador Ibaneis Rocha (PMDB) pegou a todos de surpresa quando anunciou, no início do último mês de setembro, a negociação com o presidente Jair Bolsonaro (PSL) para transferência total da gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) para o governo distrital. A mudança seria instituída por meio de uma Medida Provisória e possibilitaria, segundo ele, o pagamento da recomposição salarial dos policiais civis – condição nunca posta até então.

Apesar das cobranças do Sinpol-DF, o governador ainda não explicou como a mudança ocorreria de fato. Causa preocupação, por exemplo o fato de a Constituição Federal ser clara de que compete à União organizar e manter a Polícia Civil do DF. Há ainda a Súmula 39 do Supremo Tribunal Federal (STF) estabelecendo que compete privativamente à União legislar sobre o salário da PCDF. Para que os reajustes da categoria fossem, então, estabelecidos pelo Buri-ti – e não pela Presidência da República – seria necessária a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) prevendo a mudança.

“Nunca uma medida provisória, que tem força de lei ordinária, e como tal, não pode alterar um preceito constitucional, permitiria que o nosso reajuste acontecesse sem passar pelo governo federal, com anuência do Congresso Nacional”, afirma o diretor Jurídico do Sinpol-DF, Fernando Ferreira. Segundo ele, nem ao menos é cabido falar em insegurança jurídica, caso a medida fosse colocada em prática, pois “isso é impossível de acontecer”.

Para o sindicato, essa discussão foi utilizada como uma cortina de fumaça para que o GDF ganhasse tempo. De acordo com o diretor da entidade, o mais provável é que governo federal edite uma medida provisória permitindo apenas a continuidade, agora de forma legal, dos pagamentos de aposentadorias e pensões das áreas de Saúde e Educação com recursos do fundo.

IRREGULARIDADE

O governo distrital ficou em uma situação complicada depois de decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) publicada no fim de agosto. O acórdão cobra que benefícios previdenciários concedidos a servidores da Educação e da



FOTO: SECOM TCU

Em acórdão, TCU reitera que FCDF deve ser usado conforme prevê a Constituição Federal

Saúde sejam pagos pelo Tesouro do Distrito Federal e não pelo FCDF, já que pensões e aposentadorias não podem ser enquadradas como “execução de serviços” nessas áreas – condição estabelecida na Constituição.

A prática, no entanto, ocorre há anos. Desde 2008, a legislação exige dos governos que 25% do orçamento seja gasto em cada uma das duas áreas – excluindo a previdência da conta. Para cumprir essa imposição, sobretudo a partir de 2013, o GDF passou a transferir o pagamento dos ativos do Fundo para o Tesouro, fazendo o caminho inverso com os inativos – atitude agora questionada pela TCU. Conforme acórdão do tribunal, o prazo para regularização encerra neste mês de fevereiro, quando o Grupo de Trabalho criado no governo federal para se debruçar sobre a questão deverá, então, se posicionar.

Até lá, no entanto, o reajuste para os policiais civis já estará com mais de um ano de atraso em relação à promessa inicial do governador Ibaneis. Por isso, a cobrança do Sinpol-DF, a curto prazo, foi sempre para que a recomposição tramitasse de forma independente. A longo prazo, o sindicato aposta também na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) que defende que o vínculo jurídico da PCDF seja federal. “A União deve conjugar na plenitude os dois verbos – organizar e manter – e não apenas o segundo”, enfatiza o diretor jurídico. ●



Do alto, equipe da DOA dá suporte aos policiais civis em terra nas operações mais complexas

No DF, o tráfico de drogas não tem vez

Policiais civis driblam diversas dificuldades para que a PCDF continue batendo recorde de prisões e apreensões

No primeiro semestre de 2019, os policiais civis do DF prenderam ou apreenderam mais de 900 pessoas envolvidas com o tráfico de drogas – uma média, por dia, de quatro criminosos. Os números atestam a dedicação dos policiais civis das Seções de Repressão às Drogas (SRDs) das delegacias circunscricionais e da Coordenação de Repressão às Drogas (Cord).

Prisões dessa natureza têm impacto direto na sensação de segurança da população, uma vez que o tráfico tende a estar associado a vários outros crimes, como roubo de veículos, receptação, porte de arma e homicídio. É o caso, por exemplo, da Vila Denocs, localizada em Sobradinho. Apenas lá, mais de 30 traficantes foram presos entre janeiro e julho de 2019 – um trabalho realizado pela SRD da 13ª DP.

Todas essas prisões “trouxeram uma relativa paz social para a comunidade”, segundo o chefe da seção, Fábio Barbosa. “Como esse combate ao tráfico foi feito de maneira bem eficaz”, ele conta que “baixou muito os casos de roubo e homicídio na região”. Hoje, a vila, tida como um dos principais focos de criminalidade em Sobradinho, “é um local onde as pessoas já conseguem transitar mais tranquilamente ou mesmo deixar as crianças brincarem à noite na rua”.

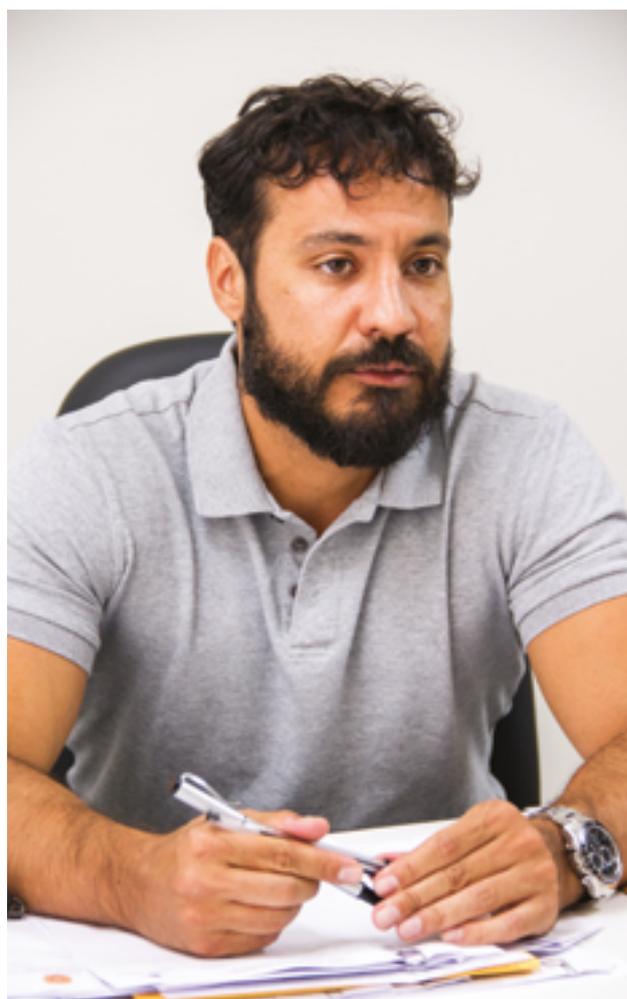
Considerando toda a área atendida pela 13ª, foram mais de 60 prisões relacionadas ao tráfico nos primeiros seis meses de 2019 – a unidade ficou atrás das delegacias de Ceilândia Centro e Taguatinga Centro. Na DP de Sobradinho I, duas ferramentas têm contribuído substancialmente para esses resultados: as denúncias da comunidade e o

uso da verba secreta – recompensa dada aos informantes por colaborações que resultem na prisão dos alvos. “Pelas características do crime, aqui, muitas vezes, nós atuamos acabando com as bocas de fumo menores, mas é um importante feedback para quem denuncia e para toda a comunidade da área. O nosso foco é dar uma resposta à população local”, explica Fábio emendando que mesmo com apenas quatro policiais, eles têm tido sucesso.

PROATIVIDADE

A SRD da 1ª DP, na Asa Sul, tem ainda mais limitações: não tem contado com a verba secreta e quase não recebe denúncias – os policiais ficam até uma semana sem receber alguma. “Aqui não há bocas de fumo tradicionais ou traficantes conhecidos pela comunidade”, justifica Fábio Rios, chefe da seção na unidade. Apesar disso, a equipe jamais fica ociosa. Pelo contrário, o trabalho tem exigido uma carga ainda maior de dedicação dos policiais, desde que, há pouco mais de um ano e meio, o grupo passou a mirar em grandes festas.

Na primeira, eles foram investigar uma denúncia. Ao perceberem que, de fato, havia muita droga em circulação e o uso era indiscriminado, tomaram esses espaços como foco. “Nós temos atuado nos mais diversos tipos de festas, mas principalmente nas de música eletrônica, pois



De acordo com Fábio Rios, o trabalho nas festas está entre os mais desgastantes: “você tem que estar sempre atento a tudo”.

tendem a atrair um maior público de usuários. Como o consumo é bem alto, o tráfico, conseqüentemente, acontece bastante”, ressalta Rios. Em todas as festas em que trabalham, há prisões e apreensões.

Para algumas festas, os agentes vão com alvos pré-determinados, frutos de investigações já em andamento. Em outras, realizam um trabalho de monitoramento mais geral. A SRD dessa delegacia conta com apenas quatro agentes, por isso sempre é necessário o apoio de servidores de outras seções ou até da Divisão de Operações Especiais (DOE), a depender das circunstâncias. De acordo com Rios, “é preciso dosar bem o número de policiais porque pode haver reação do restante do público”, pois já houve tentativa de intimidação em alguns casos. “Temos que estar preparados para o caso de alguma eventualidade”, pontua o policial, acrescentando que capacidade de adaptação é fundamental para o trabalho. “Nós arquitetamos a coisa de um jeito e, na hora, muitas vezes, acontece de outro completamente diferente. Mas nos adaptamos de acordo com a situação e no fim dá certo”, assegura. “Faz parte do trabalho policial”.



Para Fábio Barbosa, o combate aos traficantes pequenos também é fundamental, pois “gera insegurança e incomoda muito mais a comunidade”.



Equipes das SRDs costumam ficar desfalcadas, como na 1ª DP que, neste dia, contava com apenas três dos quatro policiais

DEDICAÇÃO

Ter apenas quatro policiais na seção não é exclusividade – o número se repete, inclusive, na Cord. A coordenação se divide em três Divisões de Repressão às Drogas (DRDs), com uma Seção de Investigação (SI) e uma Seção de Operações (SO) em cada. Na SI da DRD I, atuam somente Adilson Bonatto Filho e outros três agentes. “Em 2009, havia uma média de nove policiais em cada seção. Com essa redução, é humanamente impossível você ter o mesmo desempenho, por isso os esforços só crescem”, conta Bonatto.

Em casos de férias ou qualquer necessidade de ausência de parte da equipe o comprometimento da atividade é inevitável. “Você continua trabalhando com profissionalismo e dedicação, mas dentro daquilo que é possível ser feito e sempre priorizando segurança”, afirma o chefe da SI. “Nós contamos muito com o apoio das outras seções, mas quando não é possível, acabamos tendo que deixar as diligências, por exemplo, para outro dia, quando tivermos uma quantidade segura de policiais”, diz.

Essa é uma condição especialmente necessária na Cord,

já que ela tem como objetivo principal a investigação de grandes traficantes. Os alvos são pessoas que trazem grandes quantidades de drogas para abastecer o DF – tanto dos traficantes médios (distribuidores) quanto dos pequenos traficantes (“de varejo”). Não é incomum que o serviço da Cord culmine em outros estados, sobretudo Mato Grosso do Sul e Paraná, que são as regiões fronteiriças que mais servem como porta de entrada para os entorpecentes vendidos do país. As apreensões, entretanto, ocorrem prioritariamente dentro do Distrito Federal.

Sempre que possível, eles trabalham em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF). “Nós temos um contato bem próximo e, por diversas vezes, eles nos auxiliam nesse trabalho em rodovias”, pontua Bonatto. Também fazem uso das forças especiais da Polícia Civil – a DOE e Divisão de Operações Aéreas (DOA). “Nós priorizamos esses apoios, mas, por conta da dinâmica do trabalho, da imprevisibilidade, nem sempre há tempo hábil para acioná-los.

“Mesmo que estejamos monitorando, muitas vezes não há como prever com antecedência o dia exato que um grande carregamento vai chegar. Por isso, não dá para fazer aquela operação montadinha, estruturada”, esclarece o agente da



Cord, lembrando que o momento de prisão e apreensão é apenas a ponta de uma trabalho muito mais longo. Em média, as operações duram de cinco a seis meses, mas em alguns casos podem chegar próximo aos dois anos até que sejam obtidas todas as informações necessárias – rota e forma de carregamento, local de armazenamento e pessoas envolvidas.

Mesmo tendo um horário de expediente pró-forma, na prática, todos os profissionais que atuam no combate ao tráfico costumam avançar esse período e trabalhar até nos fins de semana e na madrugada. “O serviço não é direcionado por nós, mas pelo alvo da investigação. A depender do hábito dele, temos que nos moldar a essa realidade para podermos obter aquilo que interessa”, destaca Bonatto. “O trabalho é extremamente complexo e penoso também, pois é campana atrás de campana, você não tem hora para chegar, nem hora para sair. Passa por muitas situações desagradáveis e se expõe muito mais ao risco”, opina Rios. “Por isso, para atuar na área, você, de fato, tem que gostar, inclusive porque não há reconhecimento”, pondera o policial da 1ª DP, lembrando, porém, que há sim satisfação pessoal.

“Fazer o serviço bem feito, correr atrás e prender o traficante é muito gratificante”, concorda Fábio Barbosa. “Quando você consegue prender um alvo e depois expor, de forma definitiva, qual a participação dele e vê o resultado final, com a aplicação da pena no indivíduo investigado, você vê que realmente valeu a pena todo o esforço, toda a dificuldade enfrentada”, acrescenta Bonatto. “É muito bom visualizar o produto final do seu esforço e tenho muito orgulho de fazer parte de uma instituição onde isso não é só possível como é bastante comum”, finaliza. ●

Segundo Bonatto, a interceptação telefônica é das atividades mais comuns na Cord, assim como o trabalho de campo – com campanas e monitoramentos a quaisquer horários do dia.

PCDF vs Tráfico de drogas

1º semestre de 2019

FONTE: PCDF/DGI/DATE/SE/POLARIS

1º SEMESTRE DE 2019	
ADULTOS PRESOS EM FLAGRANTE	652
ADULTOS PRESOS POR MANDADO DE PRISÃO	122
MENORES APREENDIDOS EM FLAGRANTE	104
MENORES APREENDIDOS POR MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO	53
TOTAL	931
OCORRÊNCIAS REGISTRADAS	1.344 (36% COM FLAGRANTE*)
INQUÉRITOS INSTAURADOS	1.054 (95% CONCLUÍDOS**)

* Flagrantes exclusivos da PCDF

** Inquéritos com relato

Da delegacia para uma nova vida

Ao mesmo tempo em que cumpria a rotina nas delegacias, o agente de polícia Moessan Alves também prestava assistência social para jovens com dependências químicas



FOTO: ARNON GONÇALVES/SINPOLDF

Sensibilidade para trabalhar em prol de jovens com vício em entorpecentes surgiu com a entrada de Moessan na PCDF, em 1995

“Encarcerar jovens não é, necessariamente, a solução para sanar os problemas sociais”. A frase tem sido um lema na vida do agente de polícia aposentado Moessan Alves de Almeida. Há mais de 20 anos, ele trabalha com a reabilitação de jovens com dependência em drogas e álcool, por meio da espiritualização. Hoje, ele é pastor e tem se dedicado com mais afinco à Comunidade Terapêutica Vinde Vida, entidade filantrópica que criou com o amigo e também pastor José Cauhi Filho, atual presidente da ONG.

Fundada em 2011, na comunidade Ponte Alta Norte, no Gama (DF), a Vinde Vida já reabilitou mais de duas mil pessoas. Atualmente, a entidade abriga mais de 200 homens – jovens e idosos que estiveram desabrigados. Além de frequentarem cultos religiosos diários, os “alunos”, como são intitulados pelos líderes da casa, participam de oficinas de artesanato, tapeçaria, culinária e outras atividades profissionalizantes.

No início, o espaço onde funcionava a ONG tinha apenas um galpão. Hoje, graças a doações, ela conta com dormitórios, igreja, biblioteca, quadras esportivas, sala de TV, praças, academia, parques e outros espaços de lazer. Toda a estrutura é mantida pelo trabalho voluntário desenvolvido pelos pacientes, sem custo algum.

“Por meio do fortalecimento espiritual, com a fé cristã, é possível reabilitar esses jovens e oportunizá-los com uma segunda chance. O objetivo final é que esses homens possam sair daqui recuperados de alma e que sejam ressocializados com a garantia de uma vida digna, com estudo e profissionalizados; acima de tudo, com Deus no coração”, sintetiza Moessan.

EMPATIA

Moessan entrou para a PCDF em 1995 e trabalhou na 26ª DP (Samambaia Norte), 33ª DP (Santa Maria) e 14ª DP (Gama), até se aposentar, em maio de 2019. Antes de integrar a Vinde Vida, o policial civil fazia todo o trabalho assistencial por conta própria, dentro das delegacias: após os

FOTO: ARNON GONÇALVES/SINPOLDF



Após aposentadoria, Moessan tem se dedicado inteiramente a ministrar palestras e cultos como pastor evangélico

procedimentos de rotina, Moessan abordava os jovens que foram autuados por posse ou uso de drogas, discorria sobre os diversos riscos de integridade física e social, aconselhava sobre uma mudança de vida e os convidava para frequentar a igreja onde congregava.

“Entrar para a PCDF me ensinou a observar melhor o outro e fez com que eu tivesse um senso de responsabilidade social ainda maior. Quando se tem todos os dias jovens entrando em delegacias por causa de drogas, algo a mais precisa ser feito”, diz. “Nunca foi um fardo ou uma obrigação prestar essa assistência a eles. Encarei sempre como mais uma maneira de contribuir para a segurança pública, sem

pretensão a elogios ou mérito”, afirma Moessan.

Ainda que dispense manifestações públicas de reconhecimento, o trabalho dele sempre foi reconhecido pelas colegas policiais civis e por outras forças de segurança do DF. Nos quase 25 anos de carreira policial, foram incontáveis as abordagens que o policial civil realizou, principalmente antes mesmo da fundação da Vinde Vida. “É necessário, ainda, que iniciativas como essa tenham devido reconhecimento da população e do Poder Público como um bem social”, explica. “Contudo, ajudar essas pessoas por meio da espiritualização, sem pretensão a ganhos pessoais, é de uma enorme alegria”, afirma Moessan. ●

FOTO: ARNON GONÇALVES/SINPOL-DF



Cultos, atividades físicas, lazer, rodas de conversa e leitura compõe algumas das atividades que participam os alunos e líderes da Vinde Vida

DOAÇÕES

Para ajudar a Comunidade Terapêutica Vinde Vida, podem ser feitas doações de roupas, alimentos e materiais de construção. Entre em contato e agende uma visita pelo telefone ou Whatsapp do Moessan (61) 98442-2099

Doações em dinheiro por transferência ou depósito nas contas bancárias:

Banco do Brasil

Agência: 2901-7

Conta Corrente: 32.780-8

Banco BRB

Agência: 0078

Conta Corrente: 0780056574



Conheça os tratamentos fisioterápicos da Policlínica

Além de tratamentos específicos, policiais civis são orientados para reeducação postural, com o objetivo de recuperação rápida e efetiva

Além de tratamentos específicos, policiais civis são orientados para reeducação postural, com o objetivo de recuperação rápida e efetiva

Entre os diversos problemas de saúde decorrentes da atividade policial, estão os que afetam o sistema musculoesquelético (articulações, coluna, pescoço e extremidades). Mas para eles, contudo, a Policlínica da PCDF tem tratamentos que se mostram altamente eficazes. Entre os tratamentos aplicados pelo Núcleo de Fisioterapia (Nufis), o que mais tem se destacado – principalmente pela procura por policiais – é o MDT, sigla para Método McKenzie de Diagnóstico e Terapia Mecânica (veja o infográfico).

Quatro agentes de polícia que compõem o corpo clínico da unidade especializaram-se no método: Samanta Rodrigues, Flávia Quintanilha, Flávia Danielle e Trícia Barroso. “Nossa atuação é voltada para a reeducação postural e prevenção do adoecimento musculoesquelético. Além dos atendimentos, são oferecidos projetos e palestras esclarecedoras sobre os principais acometimentos na saúde do servidor. O nosso objetivo é garantir aos policiais civis, ativos e aposentados, uma melhor qualidade de vida”, afirma a chefe do Nufis, Samanta Rodrigues.

De acordo com Flávia, o núcleo recebe uma alta demanda de servidores com problemas de coluna, tanto na parte lombar, cervical e torácica. Tratamentos de pós-cirúrgico em articulações como tornozelos, joelhos e ombros são comuns também, pois os policiais civis, segundo a especialista, são ativos na prática de esportes.

“As duas atividades [policial e esportiva] geram um desgaste acelerado da parte óssea e músculos. Por isso, ao menor sinal de incômodo, os policiais devem procurar um ortopedista para serem diagnosticados e começarem os tratamentos fisioterapêuticos antes que o problema se agrave e se torne irreversível”, alerta.

O agente de polícia Francisco Lanna Guillen é um dos pacientes que atestam a eficácia dos tratamentos oferecidos na Policlínica. Ele iniciou as sessões há quatro anos, quando foi diagnosticado com hérnia de disco nas vértebras cervical e lombar. Por causa disso, ele quase abandonou o jiu-jitsu, que pratica há mais de 20 anos. “Eu havia começado os tratamentos em outras duas clínicas particulares e não obtive o resultado que queria. Aqui, por meio do método McKenzie, pude sentir as mudanças e, desde então, minha vida melhorou bastante; consigo trabalhar e fazer atividade física normalmente”, assegura.

O relato de Carlos Alberto dos Santos, também agente de polícia, corrobora a consideração do colega. Ele, no entanto, ficou impedido definitivamente de continuar nas artes marciais, após 20 anos de atividade, por causa de um problema grave na cervical e na lombar. As dores pioraram até ele começar o tratamento, em 2013. “Embora, hoje, não podendo mais praticar esportes, consigo fazer caminhadas

e exercer o meu trabalho de maneira mais saudável, sem fortes dores”, afirma. “Agora, venho periodicamente à fisioterapia, além de aplicar, em casa, as orientações das fisioterapeutas; a saúde do meu corpo melhorou consideravelmente”, confirma.

Relato idêntico é feito pela agente de polícia aposentada Juçimar Martins. Os últimos anos antes da aposentadoria, em 2017, só foram suportáveis com as sessões. Além da hérnia na cervical e lombar, a policial civil também sentia fortes dores nos quadris. “Tentamos diversos métodos e eu sentia dores que tornavam a fisioterapia um horror. Quando iniciamos o McKenzie, tudo mudou e meu corpo foi desativando aos poucos”, lembra. “Graças ao profissionalismo e dedicação das fisioterapeutas da Policlínica, hoje eu consigo fazer Pilates, algo que sempre quis durante todo o tratamento”, comemora. ●



SERVIÇO

Para iniciar os tratamentos no Nufis, os policiais civis, ativos e aposentados, devem primeiramente realizar uma consulta com um médico ortopedista, seja da rede privada, pública ou da própria Policlínica. Com o diagnóstico em mãos, o servidor pode marcar as sessões no endereço da Policlínica – Setor de Grandes Áreas Sul (SGAS) 915, Asa Sul – ou por telefone (61) 3207-5858.



Flávia Quintanilha, Trícia Barroso, Samanta Rodrigues e Flávia Danielle; agentes de polícia responsáveis pelas atividades fisioterapêuticas da Policlínica da PCDF



Atuação do Nufis é direcionada na especificidade das lesões que são típicas e consequentes da atividade policial

Método McKenzie de Diagnóstico e Terapia Mecânica

O MDT foi desenvolvido pelo fisioterapeuta neozelandês Robin McKenzie, em 1981, e consiste em diagnosticar todas as áreas do sistema musculoesquelético, revelando problemas nas articulações, músculo da coluna, pescoço ou extremidades. Profissionais treinados em MDT podem avaliar e diagnosticar pacientes dispensando, em muito casos, exames de ressonância magnética e tomografia.

A Policlínica dispõe, ainda, de outros métodos de tratamento:

- Método Mulligan
- Fisioterapia Convencional (com a disposição da Termoterapia e Eletroterapia em laser, ondas curtas, ultrassom e infravermelho)
- Fisioterapia para Disfunções Temporomandibulares (DTM),
- Kinesio Taping
- Cinesioterapia
- Reabilitação.

O Nufis também conta com o Pilates, que é aplicado por dois fisioterapeutas da Secretaria de Saúde do DF, Diego Ferreira e Leandro Pinheiro.

Estatística para cuidar

Policlínica desenvolve programa de prevenção a doenças mentais após pesquisa com policiais da ativa e aposentados

Há muito se sabe do desgaste físico e mental que acomete os policiais civis – não só por causa das peculiaridades da função, mas também pela desvalorização do trabalho. Apesar dos tabus que envolvem a depressão, o suicídio e a ansiedade, a saúde mental tem sido um assunto discutido de forma recorrente sob uma percepção construída a partir de alguns relatos e fatos trágicos. O que se ouve, nas unidades, é que “a polícia está doente”. Mas, como?

A resposta para esta pergunta vem num estudo feito pela Policlínica com o intuito de desenvolver um planejamento para um amplo programa de saúde mental. Os dados foram coletados por três meses e vão nortear estratégias a curto, médio e longo prazo. A iniciativa está sendo conduzida pela psiquiatra Clarice Araújo, médica da Secretaria da Saúde cedida à Policlínica, e envolve outros médicos, psicólogos e assistentes sociais.

A pesquisa foi preenchida por 742 policiais, entre ativos e aposentados. Destes, 311 apresentaram risco de ansiedade, depressão ou suicídio – causado, principalmente, pelos riscos da profissão (especialmente o estresse do plantão) e problemas financeiros. Os dados apontaram, ainda, para a necessidade de ações voltadas à prevenção ao uso abusivo de álcool. “Era um cenário que já esperávamos”, admite a psiquiatra. Confira mais dados no gráfico.

RESISTÊNCIA

A primeira iniciativa decorrente da pesquisa é o “Momento Mente e Psiqué”, que promove reuniões todas as terças, das 9h às 11h, na própria Policlínica (é preciso ligar antes para confirmar a participação). Trata-se de um grupo de acolhimento com a participação dos profissionais da unidade. A cada edição, um tema relacionado à saúde mental é discutido. O objetivo, de acordo com Clarice, é que os relatos gerem empatia entre os participantes e, a partir disso, crie-se uma rede de apoio.

Outros projetos estão sendo desenvolvidos e devem ser implantados nos próximos meses. O desafio, contudo, é quebrar a resistência que há com o acompanhamento psiquiátrico. A Policlínica faz o atendimento no âmbito da assistência psiquiátrica e em situações de crise. “Mas muitos associam a assistência à perícia. Ele têm medo de ficar com alguma restrição ou até mesmo de encontrar algum colega aqui nos corredores”, explica Clarice.

Entretanto, o problema existe e precisa ser tratado. “Fala-se muito da prevenção ao suicídio, mas isto não é algo fácil de se detectar. Nós sabemos que o problema existe, que acomete parte da população mundial, mas ele é cercado por tabus. Com essa pesquisa, não queríamos apenas os dados, mas nós temos interesse no ser humano, em ajudá-lo; não é só estatística, é hora de cuidar”, afirma a psiquiatra. ●

Uso nocivo de álcool

Aposentados

Masculino 14%
Feminino 2%

Ativos

Masculino 20%
Feminino 12%

Sente-se nervoso, tenso ou preocupado

Aposentados

Masculino 49%
Feminino 60%

Ativos

Masculino 76%
Feminino 72%

Dorme mal

Aposentados

Masculino 46%
Feminino 52%

Ativos

Masculino 65%
Feminino 64%

Trabalho traz sofrimento

Aposentados

Masculino 10%
Feminino 18%

Ativos

Masculino 42%
Feminino 40%

Nervoso/a ou preocupado/a

Aposentados

Masculino 49%
Feminino 60%

Ativos

Masculino 76%
Feminino 72%

Perdeu o interesse pelas coisas

Aposentados

Masculino 32%
Feminino 47%

Ativos

Masculino 55%
Feminino 45%

Risco de ansiedade e depressão, com base em oito critérios aferidos no questionário

Aposentados

Homens de 49 a 76 anos: 17%
Mulheres de 44 a 70 anos: 42%

Ativos

Até 30 anos
Homens: 29%
Mulheres: 53%

31 a 35

Homens: 44%
Mulheres: 50%

36 a 40

Masculino: 47%
Feminino: 48%

41 a 45

Masculino: 46%
Feminino: 56%

Acima de 45 anos:

Homens: 43%
Mulheres: 43%

Satisfação nas tarefas

Aposentados

Masculino 28%
Feminino 43%

Ativos

Masculino 58%
Feminino 50%

Pensa em dar fim à vida

Aposentados

Masculino 3%
Feminino 11%

Ativos

Masculino 12%
Feminino 12%



Saúde mental

O plano é ter assistência para todos

TCU coloca GDF contra a parede, que tenta resolver problema com Saúde e Educação apostando em impossibilidade jurídica para a Segurança Pública



Hospital da Segurança Pública deve funcionar onde, hoje, é o da PMDF; projeto encontra resistência na corporação

Apesar da urgência no assunto, o debate sobre a (falta de) assistência à Saúde na PCDF, no âmbito institucional, não sai das conjecturas. O único agente a provocar a discussão, e tentar fazê-la avançar, nos últimos anos, é a atual gestão do Sinpol-DF. O plano do governador Ibaneis de implantar um Hospital da Segurança Pública, embora tenha ganhado corpo, ainda é cercado de polêmicas por enfrentar resistência, sobretudo, da PMDF – além disso, não está claro, até agora, como ele vai funcionar; sabe-se, apenas, que seguirá o modelo já implantado em outros hospitais da rede pública, atualmente geridos por Organizações Sociais (OS).

O que está evidente, contudo, é que o "PCSaúde" nem de longe é suficiente para compensar a contratação de um plano de saúde por conta do policial civil. Também não é novidade alguma que cada vez mais policiais têm necessitado de uma atenção maior à saúde. "A atividade policial debilita a saúde física e mental, e termina por atingir financeiramente também, pois os planos de saúde para tratar dos problemas causados pelo trabalho são caríssimos", pontua Thallys Passos, diretor de Comunicação do Sinpol-DF.

Ele reconhece que a Policlínica tem melhorado no trabalho preventivo, mas a passos lentos. O principal entrave para a melhoria da assistência na unidade, com a ampliação das especialidades atendidas, por exemplo, é financeiro – ainda que a PCDF seja custeada pela mesma fonte da PMDF e dos Bombeiros, há um disparate na quantidade de recursos específicos para a saúde (veja no infográfico) destinados a cada força. "Temos uma grande quantidade de policiais enfermos, psicológica e fisicamente, um déficit gigante de profissionais da saúde na PCDF e uma lacuna jurídica e financeira enorme nessa questão", acrescenta.

Thallys tem conduzido a proposta do Sinpol-DF nesse âmbito, dentro de um Grupo de Trabalho (GT) montado dentro da atual diretoria para fomentar as discussões junto à administração da Polícia Civil, ao GDF, ao governo federal e ao Congresso Nacional. O modelo defendido pelo sindicato consiste na implantação de um sistema de saúde na corporação 100% custeado pelo estado e que contemple os policiais civis da ativa, seus dependentes e também os inativos e pensionistas.

Em um segundo momento, a ideia é possibilitar o aprimoramento da Policlínica com oferta de mais especialidades e vagas de atendimento. No cenário ideal, funcionaria como um plano de saúde empresarial, conforme explica Thallys. "Uma empresa como Amil, Unimed ou outra, forneceria uma rede de serviços, previamente acordado com a Polícia Civil, que entraria com a fiscalização e o pagamento dos serviços, cobrados com valores per capita, ou seja, um valor fixo por cada servidor, podendo, em último caso, haver uma co-participação", detalha o diretor.

Já existem iniciativas semelhantes implantadas, como na CLDF e na Câmara dos Deputados (em ambas, contudo, há coparticipação). Para o policial civil que lê este texto, provavelmente o modelo defendido pelo sindicato é, praticamente, a realização de um sonho. Mas esse pesadelo da realidade atual é que precisa acabar. ●



Literalmente família policial

Três gerações de policiais civis constroem história de quase meio século na PCDF



FOTO: ARNON GONÇALVES/SINPOL-DF

A frente Naise, D. Dora e Renner. Ao fundo, Kelmon e Kelyn

Mãe, filha e netos. Marido e mulher. Irmã e irmão. Além dos laços familiares, uma das características que une cada um deles é a profissão – são todos policiais civis do Distrito Federal –, uma história que começou com um concurso realizado em 1970 por Doralice Pessoa Lopes.

Três anos depois, ela foi surpreendida com uma viatura em frente à sua casa. A confusão de não saber o que tinha acontecido foi substituída pela alegria da surpresa: tinha sido convocada para tomar posse e não sabia. Sem as facilidades de comunicação de hoje e com a grande necessidade de servidores, os policiais precisaram dar a informação diretamente nas residências dos aprovados.

Doralice correu para providenciar toda a documentação e se apresentou no dia seguinte. Inicialmente, ela atuou como escriturária na Secretaria de Segurança Pública (SSP). Anos depois, ainda em razão do baixo efetivo, houve uma reclassificação de cargo e ela se tornou agente de polícia. Primeiro, ela passou pela Academia de Polícia Civil (APC) e, em seguida, foi lotada na antiga Seção de Acidente de Veículo (SAV) da 14ª DP, região central do Gama.

Quando foi inaugurada a 20ª DP, no Gama Oeste, o delegado-chefe da nova unidade a convidou para ir trabalhar lá – onde ficou na Seção de Apoio. Ao todo, foram 18 anos de trabalho na PCDF, até se aposentar em 1990. “Eu fazia as apurações e relatórios e, na época, não tinha computador não. Era tudo na Olivetti e Remington (marcas de máquinas de escrever)”, relembra dona Dora – como é conhecida. “Eu gostava bastante do que fazia e ainda tenho saudades. Os colegas, e mesmo os superiores, me consideravam muito. Foi bom demais”, assegura a policial sobre o tempo que passou na instituição.

MAIS QUE COLEGAS

Antes da 14ª, quando ainda trabalhava na SSP, Doralice passou a ter como colega Naise Aparecida Lopes, uma jovem de 20 anos que ela conhecia de longas datas – desde o ventre, na verdade. Mãe e filha, uma lotada na Divisão de Pessoal e outra no Financeiro da secretaria, iam até trabalhar no mesmo ônibus. “Ela viu que eu estava muito bem, tinha boas amizades, que era um lugar bom de trabalhar, aí resolveu entrar também”, brinca Dora sobre a decisão da filha de também se tornar policial civil.

Naise entrou na PCDF em janeiro de 1978, como papiloscopista. Depois da lotação da SSP, trabalhou também no Instituto de Identificação (II) e no gabinete da Direção Geral. Nesse meio tempo, fez um novo concurso e, em 2001, tomou posse como perita criminal. Seis anos antes, em uma festa da categoria em 1995, conheceu Renner Camargos Mesquita, seu futuro marido.

O terceiro policial civil da família ingressou na instituição em 1990. Lotado inicialmente na 20ª DP, o agente de polícia também atuou na 33ª, em Santa Maria, na 1ª, Asa Sul, além do DPT e Policlínica. Sobre o casamento com Naise, Renner conta que foi muito fácil. “Como já está naquele meio, você já conhece as facilidades e dificuldades do dia-a-dia, já tem uma certa visão do que é a vida de policial e isso facilita o convívio”, revela o agente aposentado.

CARREIRA

Sobre a escolha da carreira, Naise explica que não foi mera coincidência. “Sempre tive muito orgulho da mamãe, das coisas que ela fazia”, relata. “Ela foi uma pessoa que trabalhou muito na vida, muito guerreira. Em tudo, ela é um orgulho e um exemplo para todos nós”, conta a filha. O que, na época, ela ainda não sabia é que também seria exemplo para a geração seguinte.

“A gente acompanha a vida diária delas, sempre batalhando, e acaba que isso influencia na nossa vida também”, afirma Kelyn Lopes Pontes, filha de Deise, neta de Dora. Ela entrou na instituição em agosto de 1999, no cargo de agente penitenciário – atual agente policial custódia. Ao longo desses 20 anos, trabalhou na Penitenciária Feminina, onde está lotada hoje, e também na Corregedoria da Secretaria de Justiça, na Divisão de Operações Aéreas (DOA), e nas 3ª (Cruzeiro) e 14ª DPs.

“Minha história na Polícia, na verdade, começou bem mais cedo. Eu devia ter uns oito anos e na abertura do Jogos Olímpicos da Segurança Pública, fui com a plaquinha da 20ª DP, representando a Polícia Civil”, relembra Kelyn, que revela, ainda, que várias vezes acompanhou a avó e mãe no trabalho. “Isso influencia bastante e a gente segue os caminhos”, acrescenta.

ORGULHO

“Nós temos muita história na Polícia e, graças a Deus, onde eu passo só escuto elogios. O pessoal fala de saudade e com boas recordações. Não teve nenhum fato que desabonasse a conduta da família”, orgulha-se Kelyn. O mesmo senti-



Há quase 50 anos, D. Dora iniciou uma história onde família e polícia são sinônimos

mento é compartilhado pelo irmão, Kelmon Lopes Pontes, o mais recente policial civil da família – nomeado em 2016.

“Eu sempre tive muita vontade de ser policial, mas, inicialmente, preferi trabalhar em outra área do que ter que lidar com a longa preparação que um concurso tão difícil, como o da PCDF, exige”, admite Kelmon. “Mas, depois de um tempo, você vai amadurecendo e percebe que é a hora”, acrescenta o agente de polícia, que, desde a posse, é lotado na 20ª DP. “Era uma delegacia que eu tinha muita vontade de trabalhar, até porque minha avó foi uma das pessoas que a inaugurou”, justifica.

“Estou aí há três anos e, apesar das dificuldades que a gente tem, muito orgulhoso mesmo do trabalho que eu faço”, afirma o irmão de Kelyn. “Falta gente, falta estrutura, mas o trabalho em si é muito gratificante”, coloca o enteado de Renner. “Eu sou realizado com a minha profissão”, assegura o filho de Naise. “Não saio de casa me lamentando porque vou ter que trabalhar, eu saio com vontade de fazer meu trabalho”, finaliza o neto da Dona Dora. ●

Infelizmente, Doralice faleceu no último dia 18 de janeiro, em razão de problemas cardíacos – alguns meses depois da entrevista para a Revista Sinpol-DE. O sindicato lamenta sua partida e, em nome de toda a categoria, reverencia sua história, seu exemplo, sua vida.

Aposentados em foco

Confira a galeria de fotos com as principais ações promovidas pela diretoria de Assuntos de Aposentados e Pensionistas

FOTOS: ARNON GONÇALVES/ LUCAS C. RIBEIRO/ HELOISA ABREU/ DAVID JORDAN / ARQUIVO PESSOAL



Café da Manhã oferecido aos aposentados no Sinpolzinho

Quando foi fundada, a unidade do Sinpol-DF em Taguatinga, o Sinpolzinho, tinha como objetivo facilitar o acesso dos moradores das zonas Oeste e Sul do Distrito Federal aos serviços básicos oferecidos pela entidade. Nos últimos anos, no entanto, o local se tornou um grande espaço de socialização dos policiais civis, que têm lá a oportunidade de ocupar o tempo livre com uma série de atividades pensadas para promoção da saúde – física e mental –, do conhecimento e do bem-estar.

Inglês; Português; Informática; Fotografia; Artesanato; Dança de Salão; Violão; Treinamento Funcional, Pilates no solo e Pilates em aparelhos. Todos esses cursos estão disponíveis atualmente ou já foram ofertados no Sinpolzinho. Além das aulas, o Sinpol-DF em Taguatinga, também é utilizado como um espaço de convivência – bazares, exposi-

ções artísticas, lançamentos de livros e diversos encontros e confraternizações são frequentemente promovidos no local.

Graças aos esforços da diretoria de Assuntos de Aposentados e Pensionistas, inúmeros policiais, sobretudo os mais velhos, que estavam afastados do convívio com os colegas foram resgatados e, hoje, participam ativamente das iniciativas promovidas no local. Isso ocorre por meio do projeto “Sinpol em Casa”, que homenageia aposentados em visitas realizadas por diretores do sindicato e uma série de policiais civis voluntários.

Na galeria a seguir, você confere um pouco do que o sindicato realizou nos últimos anos através do Sinpolzinho. ●



Entrega dos brinquedos arrecadados durante a campanha “Faça uma Criança Feliz” à Creche Tia Tatá, na Cidade Estrutural



Visita do “Sinpol em Casa” ao agente de polícia aposentado Antônio Carlos Ribeiro Torres, conhecido por “Torres”



Nos últimos anos, o Sinpolzinho passou a contar com turmas de Dança de Salão



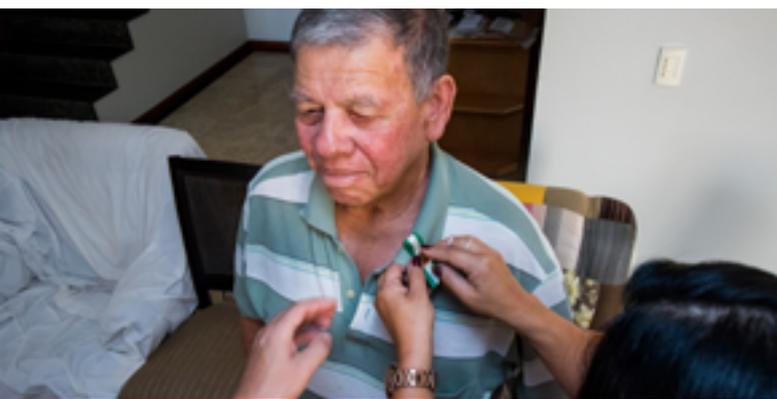
Visita do "Sinpol em Casa" ao escrivão aposentado Ailton Ferreira



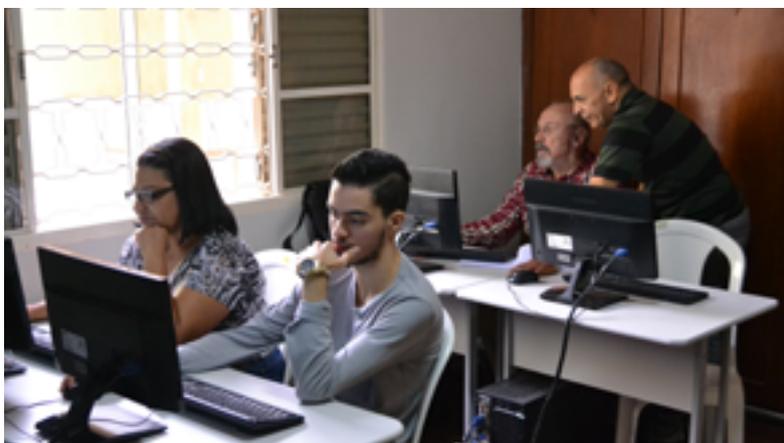
Visita do "Sinpol em Casa" à primeira policial civil do DF, Ameluíza Leal dos Reis



Visita do "Sinpol em Casa" à agente de polícia aposentada Dinorá Vilela



Visita do "Sinpol em Casa" ao agente de polícia aposentado Waldívino Ferreira



Curso de informática ministrado pelo agente de polícia aposentado João Machado Costa, conhecido por "Costinha"



Visita do "Sinpol em Casa" à agente de polícia aposentada Márcia Pimentel



Visita do "Sinpol em Casa" ao gebiano Eduardo Xavier, conhecido por Xaxá



Seresta de Natal para o encerramento do ano letivo dos cursos do Sinpolzinho



Bazar "Novo, de novo", realizado em três edições apenas em 2019



Aula de violão no Sinpolzinho com o músico Sérgio Damião



Reunião no Sinpolzinho para atualização dos aposentados das zonas Oeste e Sul



Estúdio de Pilates no Sinpolzinho montado em parceria com a Vertical Pilates Treinamento Esportivo



Reunião para atualização dos aposentados do Gama, Santa Maria e regiões adjacentes



Lançamento da coletânea "Toda a Poesia Vol. II", que tem entre os autores o agente de polícia aposentado Jorge Luiz Teixeira, conhecido como "Montanha"



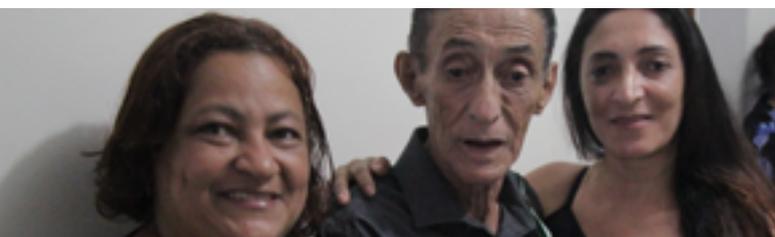
Reunião para atualização dos aposentados de Sobradinho, Planaltina e regiões próximas



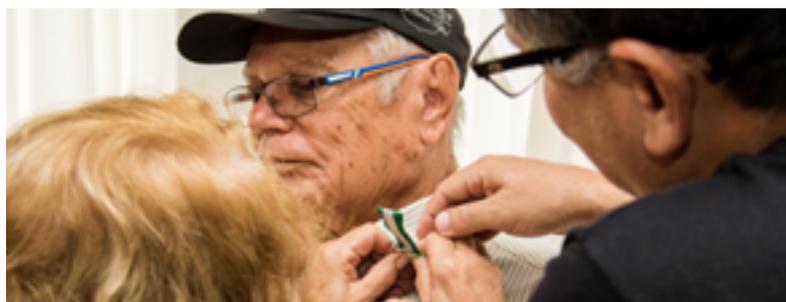
Visita do "Sinpol em Casa" ao gebiano Leci Coutinho da Chaga



Mais recentemente, a filial em Taguatinga passou a oferecer um curso de Português para Concursos



Visita do "Sinpol em Casa" ao gebiano Orlando de Alencar Viana



Visita do "Sinpol em Casa" ao gebiano Francisco Alves Xavier



Há quase seis anos, Sinpolzinho oferece, entre as diversas atividades, aulas de Pilates Solo



Desde 2015, Sinpolzinho mantém parceria com a UnB Idiomas para turmas do Curso de Inglês



Visita do "Sinpol em Casa" ao gebiano Alvino Oliveira



Palestra "O Poder da Ação", da agente de polícia aposentada e mastercoach Viviane Sampaio



Entrega dos brinquedos arrecadados durante a campanha "Faça uma Criança Feliz" à Creche Tia Tatá, na Cidade Estrutural



Visita do "Sinpol em Casa" ao agente de polícia aposentado Alexandre Brione Borges



Visita do "Sinpol em Casa" ao agente de polícia aposentado José Roberto Gonçalves



Aula de artesanato permite criação de peças, complementação da renda e exercício terapêutico

Chegou a hora

da vida ganhar novos capítulos, repletos de histórias emocionantes, novos desafios e muitas conquistas!

Lista de aposentados do período

ABRIL/2019

Adelaide da Rocha Gramacho - Agente Policial de Custódia
Adelson Silva Moita - Agente de Polícia
Adriana Marques de Sousa Nunes Ferreira - Agente de Polícia
Arilza Cristiana Silva Cavalcante - Agente Policial de Custódia
Aurio Solon de Oliveira Souza - Perito Papiloscopista
Biomar Ribeiro da Silva - Escrivão de Polícia
Caroline Maria Soares Ribeiro Alcântara - Escrivã de Polícia
Celso Pereira da Silva - Agente de Polícia
Eduardo Luiz Dantas da Costa - Perito Médico-Legista
Fabio Machado da Silva - Agente de Polícia
Francisco Porfírio da Silva - Perito Papiloscopista
Gilmar Pereira Lima - Agente de Polícia
Humberto Araújo da Fonseca Junior - Agente de Polícia
Ivana Ahmad Cerqueira Soares - Agente de Polícia
Janete Aparecida Roque de Almeida - Agente de Polícia
Joaquim Cardoso Filho - Agente de Polícia
José Aldo Câmara de Oliveira - Agente de Polícia
Josue Claudino Silva - Agente de Polícia
Luciana Alencar Heringer - Agente de Polícia
Luciane Gomes Lobato Mattos - Agente Policial de Custódia
Luiz Almada Balbino - Agente de Polícia
Nadia Issmail Mohsen - Agente de Polícia
Paulo Alexandre Sad Tanus - Agente de Polícia
Rawff Willyams Gentil Almeida - Agente de Polícia
Regina Cláudia de Azevedo Coriolano - Agente de Polícia
Vanusa Ribeiro dos Santos - Agente de Polícia
Watson Fonseca da Cunha - Agente de Polícia

MAIO/2019

Adelson Soares de Farias - Agente de Polícia
Adilson Chelles Marins - Agente de Polícia
Alexandre Rocha dos Santos - Agente de Polícia
André Márcio Conti - Agente de Polícia
Antônio Gaspar Lima Santos - Agente de Polícia
Berenice Ramos da Silva Mohammed - Agente Policial de Custódia
Carlos Ferreira da Silva - Perito Papiloscopista
Cristiane Araujo de Santana - Agente Policial de Custódia
Denilson Pereira Luchina - Agente de Polícia
Durval Brito de Sousa - Agente de Polícia
Eliel Elias de Paula - Perito Papiloscopista
Eliel Flores Roriz Junior - Agente Policial de Custódia
Fábio Brongar de Castro - Agente de Polícia
Fernanda Farias Castro - Agente de Polícia
Flávio Alves Cardoso - Agente de Polícia
Gelmo Soares Pereira de Andrade - Agente de Polícia
Gerson Elson Barbosa de Oliveira - Agente de Polícia
Gilberto Uchoa de Oliveira - Agente de Polícia
Gilvan Soares Mascarenhas - Agente Policial de Custódia
Giulieny Alves de Matos Bessa - Agente Policial de Custódia
Helcio Ribeiro Vieira - Agente de Polícia
Jair Rosa Portella - Escrivão de Polícia
Julio Cesar da Cunha Melo - Agente de Polícia
Jurema Aparecida Pereira de Moraes - Perita Papiloscopista
Luiz Flávio Franco Silva - Agente de Polícia
Luiz Menezes Azevedo - Agente de Polícia
Marcelo Motta de Pinho - Agente de Polícia
Marcos Fernandes - Agente de Polícia
Moessan Alves Almeida - Agente de Polícia
Tatiana Silva de Oliveira - Agente de Polícia
Valter Botelho Filho - Agente de Polícia
Vander Rodrigues de Souza - Agente de Polícia
Vargas Oliveira Rodrigues - Agente de Polícia

Vilmondes Geraldo Borges - Agente de Polícia
Wilmar de Assunção e Silva - Escrivão de Polícia
Wilmar Vitalino Damasio - Agente de Polícia

JUNHO/2019

Anaeno dos Santos Xavier - Agente de Polícia
Andrea Freire Pereira - Perita Papiloscopista
Aparecida Conceição G. de Oliveira - Perita Papiloscopista
Ateliene Cristina do Nascimento Melo Figueiredo - Agente de Polícia
Cátia de Andrade Buono - Agente de Polícia
Cláudia Custódio dos S. Brillhante - Agente de Polícia
Edílpio Micheletto da Cunha - Agente de Polícia
Edson Mateus de Freitas - Agente de Polícia
Enilson Valério Paixão - Agente de Polícia
Francisco Carlos Ferreira - Agente de Polícia
Gildenou Valentim Martins - Agente de Polícia
Hugo de Souza Klein - Agente de Polícia
Ildeu Luzio - Agente de Polícia
José da Rocha - Agente de Polícia
José Luis Rodrigues Abadia - Agente de Polícia
José Ribamar Dantas dos Reis - Escrivão de Polícia
José Soares da Silva - Agente de Polícia
Juscelino de Araújo - Perito Criminal
Kelly Cristina Ferreira Lima - Agente Policial de Custódia
Kleber Fidelis Godinho - Agente de Polícia
Laércio Ricardo Tiveron - Agente de Polícia
Lúcia Helena Teixeira - Agente de Polícia
Luis Carlos Torezani - Agente de Polícia
Luiz Basto Oliveira - Agente de Polícia
Luzia Garcez Gomes - Agente de Polícia
Márcia Gomes Bessa - Agente de Polícia
Marco José Galeno - Agente de Polícia
Marineide Ferreira de Azevedo - Agente de Polícia
Maurílio José Pereira Silva - Agente de Polícia
Ricardo César Frade Nogueira - Perito Médico-Legista
Ricardo Lívio Barros de Paula - Agente de Polícia
Takane Kiyotsuka do Nascimento - Agente de Polícia
Takane Kiyotsuka do Nascimento - Agente de Polícia
Teylon Costa Coelho Agente de - Polícia
Valdemar Pereira de Souza - Agente de Polícia
Vanusa Rodrigues - Agente de Polícia
Vicente Bernardino B. da Silva - Agente de Polícia
Watson Magela de M. Gonçalves - Agente de Polícia
Wirley Silva - Agente de Polícia
Wolney Cavalcante Costa - Agente de Polícia

JULHO/2019

Almir Ribeiro Júnior - Agente de Polícia
Antônio Milton Alves - Agente de Polícia
Benedito Braga Júnior - Agente de Polícia
Carlos Antônio França - Agente de Polícia
Cícero Sérgio Freitas Gonçalves - Agente de Polícia
Denis Amorim - Agente de Polícia
Edimar Gomes Magalhães - Agente de Polícia
Emiliano Batista da Silva Júnior - Agente de Polícia
Jailton Moreira de Paiva - Agente de Polícia
José Wilson de Queiroz - Agente de Polícia
Leonardo Prates Beltrão - Agente Policial de Custódia
Marbio Ribeiro da Silva - Escrivão de Polícia
Marcos Valério Firmino dos Santos - Agente de Polícia
Oclísia Gomes Santos - Agente Policial de Custódia
Paulo César de Souza - Agente de Polícia

Paulo César Ramos Moreira - Agente de Polícia
Renato Lemos Naiff - Agente de Polícia
Ricardo Augusto de Moraes Santos - Agente de Polícia
Ricardo Nascimento Lima - Agente de Polícia
Roberto Carlos Teixeira da Silva - Agente de Polícia
Venilton de Siqueira - Agente de Polícia
Wellington Gomes da Luz - Agente de Polícia

AGOSTO/2019

Adailton Marques da Silva - Agente de Polícia
Aline Campos - Agente de Polícia
Angela Alves de Araújo - Agente de Polícia
Anor Maurício Souza de Andrade - Agente de Polícia
Antônio Machado dos Santos Júnior - Agente de Polícia
Carlos Eduardo Avelar da Conceição - Escrivão de Polícia
Carlos Eduardo Rocha de Lima - Agente de Polícia
Celso Mizuno - Perito Criminal
Celso Santos Araújo - Agente de Polícia
Claudoaldo de Lima Militão - Agente de Polícia
Edson Batista de Araújo - Agente Policial de Custódia
Eduardo Garcia Campos de Araújo - Agente de Polícia
Flávio de Oliveira Ribeiro - Perito Papiloscopista
Flavio Fernando de Godoy Martins - Agente de Polícia
Gilberto Ferreira Filho - Agente de Polícia
Hamilton Meneses de Carvalho - Agente de Polícia
Henrique Augusto Teló Bueno - Agente Policial de Custódia
Ivone Torres Lima - Agente Policial de Custódia
John Milton R. Menezes da Costa - Agente de Polícia
Jorge Luiz de Carvalho - Agente de Polícia
José Américo F. Monferrari - Agente de Polícia
José Pedro de Mendonça Gomes - Agente de Polícia
José Wilson Póvoa Ribeiro - Agente de Polícia
Júlio Cezar Mamédio Rezende - Agente Policial de Custódia
Lúdio Franck Queiroz Saraiva - Agente de Polícia
Luiz Carlos Ribeiro Silva - Agente Policial de Custódia
Luzia de Oliveira Almeida - Agente de Polícia
Marco Antônio Lopes Dos Santos - Agente de Polícia
Marcus Vaz Cardozo - Agente de Polícia
Maria de Lourdes Fortuna Sampaio - Escrivã de Polícia
Maria Suani Alves da Silva - Escrivã de Polícia
Nilson Machado da Silva - Agente de Polícia
Overland Moreira de Paiva - Agente de Polícia
Pedro Paulo Barbosa Gama - Perito Criminal
Ramirez Gebrim Teixeira - Agente Policial de Custódia
Raniere Jair de Sousa Santos - Agente de Polícia
Raul Pithon Barretto Neto - Perito Criminal
Rogério Peres Torres - Agente de Polícia
Sandra Paulina da Silva - Agente de Polícia
Sandro Pereira do Nascimento - Agente Policial de Custódia
Saulo Fontana Silva - Agente de Polícia
Sinval Teixeira da Silva - Agente de Polícia
Soraya Ribeiro Benquerer - Agente de Polícia
Valter José Fae Júnior - Agente de Polícia

SETEMBRO/2019

Ademir Luiz Heinle - Agente de Polícia
Alexandre de Souza Júnior - Escrivão de Polícia
Alfredo Nasser Lamar Assis - Agente de Polícia
Benjamin Carneiro Teixeira - Agente de Polícia
Cássio da Consolação Alves da Silva - Agente de Polícia
Elton Damasceno dos Santos - Agente de Polícia
Emerson Antônio Cardoso Bernardes - Agente de Polícia
Emerson Takaharu Watanabe - Agente de Polícia
Francisco Silvestre Andrade e Silva - Agente de Polícia
Jabes de Lima Ricardo - Perito Criminal
Jaime de Melo Alvares - Agente de Polícia
Jefferson Batista de Melo - Agente de Polícia
José Luiz dos Santos de Oliveira - Escrivão de Polícia
Juliana de Santana Brito da Fonseca - Agente de Polícia
Luiz Roberto Vieira - Agente Policial de Custódia
Marcelo Ferreira Alves - Agente de Polícia
Márcio Roberto Saraiva Lima - Agente de Polícia
Marcos César Rodrigues - Agente de Polícia

Marlon Pires de Carvalho - Agente de Polícia
Paulo Roberto dos Reis Chagas - Perito Papiloscopista
Sandra Cristina Ribeiro - Agente de Polícia
Siber Machado Bueno - Perito Criminal
Wanderley Santos Nascimento - Agente de Polícia

OUTUBRO/2019

Ailton de Queiroz Pereira - Agente de Polícia
Andrea Diniz Silvério - Agente Policial de Custódia
Antônio Alberto Sá Farias - Agente de Polícia
Antônio Carlos de Araújo - Perito Papiloscopista
Araldo Carlos da Silva Neto - Agente Policial de Custódia
Divino da Silva de Barcelos - Agente de Polícia
Edezione Francisco de Sousa - Agente de Polícia
Edson de Souza Barbosa - Agente de Polícia
Eliane Frota de Oliveira - Agente de Polícia
Eloi Fernandes Maranhão - Perito Papiloscopista
Fabíola Cruz de Sousa Maciel - Perita Papiloscopista
Francinaldo Freire de Mendonça - Agente de Polícia
Francisco Alcides Borges de Macêdo - Agente de Polícia
Francisco Martins Rocha Neto - Agente de Polícia
Genival Rodrigues Maia - Agente de Polícia
Herberth dos Santos de Alencar Bezerra - Agente de Polícia
Humberto de Farias Soares - Perito Papiloscopista
Ivaldo Marques Teixeira - Agente de Polícia
João Bosco Frajorge - Agente de Polícia
Josimar Martins Costa - Agente de Polícia
Josiney Varela de Almeida - Escrivão de Polícia
Kleyce Oliveira Silva - Agente Policial de Custódia
Leila Regina Monteiro Fernandes - Agente de Polícia
Leonardo César Mendes Reis - Perito Papiloscopista
Leondas Vieira de Brito - Agente de Polícia
Lúcio José dos Anjos - Agente de Polícia
Luzia Marinho de Sousa - Agente de Polícia
Marco Antonio Fonseca - Agente de Polícia
Marcos Antônio Lopes - Agente de Polícia
Marcos Antônio Martins da Silva - Perito Criminal
Mario Marcos Peres Gramacho - Agente de Polícia
Marlon Francisco de Oliveira - Agente de Polícia
Marta Regina de V. De Oliveira - Agente de Polícia
Maurílio Valério da Silva - Agente de Polícia
Paulo Divino Maximiniano - Agente de Polícia
Ricardo de Moraes - Agente de Polícia
Robson Alexandre Machado - Perito Papiloscopista
Rogéria Oliveira dos Santos - Agente de Polícia
Rogério Monteiro de Oliveira - Perito Papiloscopista
Washington Ibrahim de Farias - Agente de Polícia

NOVEMBRO/2019

Andrea Rodrigues da Silva - Agente de Polícia
Atos Gomes de Araújo - Agente de Polícia
Auri Marcos De Lima Brito - Agente de Polícia
Dilson José de Almeida - Agente de Polícia
Edson Paulo Lopes dos Santos - Perito Papiloscopista
Elcimar Lustosa Soares - Agente de Polícia
Hilton Assis de Oliveira - Perito Papiloscopista
João Batista Miranda dos Santos - Agente de Polícia
Maurício Gomes Antunes - Perito Papiloscopista
Mendelson Peixoto Seraine - Agente Policial de Custódia
Roberto José Bussolaro - Agente Policial de Custódia
Valdelon Bersan dos Reis - Agente de Polícia
Wesley Araújo de Ponte - Agente de Polícia

DEZEMBRO/2019

Alexon Amaro de Oliveira - Agente de Polícia
André Luís Ribeiro de Medeiros - Perito Criminal
Marcelo Moura de Souza - Agente de Polícia
Wagner Lyra dos Santos - Agente de Polícia

Novos convênios

O Sinpol-DF oferece aos filiados o acesso a diversos serviços com preços especiais. Veja abaixo a lista dos últimos convênios firmados pela atual diretoria, que está sempre em busca de convênios com vantagens aos sindicalizados. Todos as empresas conveniadas ao sindicato podem ser consultadas em www.sinpoldf.com.br/convenios.



**CLÍNICA VETERINÁRIA
MIAU.CÃO**

(61) 99551-6599
3385-4830



CRECHE CIRANDA

(61) 3401-1134



**ESMA-DF - ESCOLA
DE MAGISTRATURA**

(61) 3103-6854



**FR - FACULDADE
REAL**

(61) 4104-5606
99439-7496



**ANANDAH -
INSTITUTO DE DANÇA**

(61) 3046-1890
98106-5501



**CCAA - INGLÊS E
ESPANHOL**

(61) 3326-0120



**FATEO - FACULDADE
DE TEOLOGIA DA
ARQUIDIOCESE DE
BRASÍLIA**

(61) 3345-0102



**DENTE IN FOCO -
ODONTOLOGIA**

(61) 3257-5486



**SBCO - CLÍNICA
ODONTOLÓGICA**

(61) 3581-8616



**SIGA - CLÍNICA
ODONTOLÓGICA**

(61) 3964-3434
3964-1616



ÓTICAS SIMONE

(61) 3388-2518



**SER HUMANO -
CENTRO MÉDICO
ESPECIALIZADO**

(61) 3257-7729
98385-0305



**DIGIDOC 3D -
DIAGNÓSTICO
ODONTOLÓGICO**

(61) 3030-5490
99619-2026



**3D ROBRÁS -
DIAGNÓSTICO
ODONTOLÓGICO**

(61) 3030-5800
99331-1540



**FENELON -
DIAGNÓSTICO
ODONTOLÓGICO**

(61) 3030-5400
99619-2026



ODONTOLOGIA CH

(61) 3081-0010



**ACADEMIA RUNWAY -
ÁGUAS CLARAS**

(61) 3435-9000
LAGO NORTE - 3964-3030
SUDOESTE - 3342-5000



**LABOR LENTES
- LABORATÓRIO
ÓPTICO**

(61) 3353-0003



**ESTÂNCIA
RESILIÊNCIA
- CENTRO DE
REABILITAÇÃO
PSICOSSOCIAL**

(61) 3703-2992



**ORTOTRAUMA
- ORTOPEDIA
E MEDICINA
ESPECIALIZADA**

(61) 3351-8446



**CRISTHIANE
GICO SAÚDE
INTEGRAL - SPA**

(61) 3346-8550
99879-1060



**UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE
BRASÍLIA - UCB
TAGUATINGA -**

(61) 3356-9000
ASA NORTE - 3448-7116



**FARMÁCIA
NUTRIFLORA**

(61) 3346-8730



**SAÚDE CLÍNICAS
INTEGRADAS -
PSICOLOGIA**

(61) 99977-7266



**FRED MATTEI
- CHAVEIRO
AUTOMOTIVO**

(61) 3362-7342
99985-4627



ÚNICA EXAMES

(61) 3345-8782
99650-1038



**IDENTITÀ -
PSICOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

(61) 99220-8877



**GTR NIPPON -
LANTERNAGEM E
PINTURA**

(61) 3036-7700
98102-3456

**Baixamos
a mensalidade pra
levantar
sua autoestima**

cecof

O centro de treinamento
do policial civil do DF

R\$ 40

**-50% na mensalidade
para alunos sindicalizados
antigos e novos.**



**musculação c/ reabilitação física · treinamento funcional
spinning · pilates · jiu-jitsu**

32074987

**segunda a sexta: das 6h30 às 22h
aos sábados: das 08h às 13h**

Complexo PCDF